

# Militares cassados e a abertura política: a transição democrática nas páginas do boletim ADNAM – Notícias

*Purged Military Personnel and Political Opening: The Democratic Transition in the Pages of the ADNAM – News Bulletin*

**Rodrigo Musto Flores**

Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil  
rodrigomustoflores89@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-2750-2719>  
<https://lattes.cnpq.br/1085456225550765>

**Resumo:** O presente artigo analisa uma forma de ação política de militares cassados durante o processo de redemocratização no Brasil, tomando como referência a experiência da Associação

Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM), entidade formada no contexto da transição política. Ao enfatizar o protagonismo desses atores no fim da ditadura, o texto contribui para uma compreensão mais complexa das Forças Armadas após o golpe civil-militar de 1964, evidenciando as tensões internas que resultaram em um amplo contexto de perseguições. O estudo utiliza como fonte documental o boletim informativo da entidade, a partir do qual é possível acessar as percepções dos integrantes da associação e à mobilização de discursos em defesa da democracia, da anistia ampla e da soberania nacional, desafiando a narrativa oficial da ditadura.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar; Militares cassados; Redemocratização; Anistia

**Abstract:** This article analyzes the political activism of military personnel who were expelled during Brazil's redemocratization process, using as a reference the experience of the Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM), an organization formed in the context of the political transition. By emphasizing the protagonism of these actors at the end of the dictatorship, the text contributes to a more nuanced understanding of the Armed Forces after the 1964 civil-military coup, highlighting internal tensions that resulted in widespread persecution. The study uses the association's newsletter as its primary documentary source, through which it is possible to access the members' perceptions and their mobilization of discourses in defense of democracy, broad amnesty, and national sovereignty, thereby challenging the official narrative of the dictatorship.

**Keywords:** Military Dictatorship; Purged Military officers; Redemocratization; Amnesty

## Introdução

“[...] atendendo a convocação pessoal, reuniram-se as pessoas abaixo-assinadas, para deliberar sobre a criação de uma associação sem fins lucrativos, para congregar os militares atingidos por atos discricionários oriundos do movimento militar que depôs o governo constitucional vigente [...], até 1º de abril de 1964”.<sup>1</sup> Com esse registro, foi fundada, em 25 de abril de 1980, a Associação de Militares Cassados (doravante, AMIC), criada para defender os direitos dos oficiais expulsos das fileiras das Forças Armadas (doravante, FFAA) por força dos Atos Institucionais editados ao longo dos 21 anos de ditadura militar no Brasil.<sup>2</sup>

Convém destacar que o elevado número de militares atingidos pela repressão invalida a hipótese de um comportamento monolítico, coeso e homogêneo no interior das instituições militares às vésperas e, posteriormente, ao golpe civil-militar de 1964. Segundo estimativas da Comissão Nacional da Verdade (CNV), cerca de 6,5 mil militares sofreram perseguições políticas durante a ditadura militar, tornando os militares o setor social proporcionalmente mais atingido pela repressão desencadeada após o golpe. Conforme detalhado no texto temático sobre as violações de direitos humanos no meio militar, essas perseguições atingiram oficiais e praças identificados como socialistas, comunistas, nacionalistas e legalistas, que foram expulsos, reformados, forçados à reserva ou à aposentadoria, processados, presos arbitrariamente e torturados (CNV, 2014: 12).

Em maio de 1983, a AMIC passou por um processo de reformulação, passando a adotar o nome de Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM). A mudança da razão social da organização é resultante do ingresso de oficiais cassados vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e próximos ao brigadeiro cassado Francisco Teixeira. A nova entidade herdou integralmente a estrutura organizacional e o quadro social da anterior. Embora

<sup>1</sup> AMIC (1980). *Livro de atas de reunião*. Rio de Janeiro, 25 de abril. Livro nº 1, s/p - CEDEM/Coleção ADNAM.

<sup>2</sup> O artigo apresenta parte de um estudo derivado da tese de doutorado defendida em abril de 2025 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, intitulada *Faces da resistência: a Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM) e a luta política dos oficiais perseguidos pela ditadura militar (1964-2025)*. Na tese analisei o engajamento político dos militares cassados após as perseguições políticas efetivadas com o golpe civil-militar de 1964, destacando as estratégias de resistência, os debates sobre anistia e democracia no âmbito das associações supramencionadas.

tenham sido registrados debates a respeito da ampliação do quadro social e da clareza quanto ao posicionamento político, o processo ocorreu sem maiores dissidências de associados.

Conforme a análise de Flávia Burlamaqui (2006), a transformação alterou substantivamente a identidade sociopolítica do grupo, os dirigentes responsáveis pela reorganização julgaram estratégico eliminar a expressão "militares cassados" da denominação institucional, ampliando assim o escopo de atuação para além das reivindicações de anistia (BURLAMAQUI, 2006: 111). Após 1983, a entidade ampliou o campo de atuação política dos militares perseguidos em meio à transição democrática, propondo-se a estabelecer como uma tribuna de discussão sobre a questão militar e temas relevantes para o país.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo explorar um tema pouco abordado pela historiografia e, ao mesmo tempo, bastante peculiar: a forma como a transição democrática e a participação dos militares na política foi tratada pelas associações acima delimitadas, em especial nos textos editoriais dos boletins informativos elaborados a partir de um esforço coletivo dos associados e das organizações citadas. A análise dessas manifestações permite refletir sobre um projeto político crítico ao autoritarismo da ditadura, articulado por um grupo de militares que se opôs ao golpe e ao regime instaurado em 1964, tornando-se, desde as primeiras horas da ditadura, alvos de processos repressivos.

Para tanto, opero com o conceito de ação política, compreendendo que a escrita, a diagramação, a edição, a impressão e a distribuição do material analisado resultam de uma operação coletiva cujo principal objetivo era veicular a percepção das organizações supracitadas sobre o contexto político da época. Os veículos de imprensa – formais ou informais – configuram-se como autênticos atores políticos, uma vez que estão inseridos em um complexo campo de interação com outros agentes do sistema social (BORRAT, 1989: 67). Além disso, conforme aponta Pierre Bourdieu (2006), a publicação em análise não se limita a ser um repositório de discursos, mas constitui um ato de instituição, representando uma forma de oficialização e legitimação, bem como delimitando com maior clareza o lugar de produção desse discurso (BOURDIEU, 2006: 165).

## ***O boletim como produto da ação política dos militares perseguidos***

Os associados das organizações ligadas ao movimento de militares perseguidos desempenharam esforços na elaboração de um boletim informativo, tomado no presente texto como uma expressão direta de sua ação política, resultante de um esforço coletivo para divulgar suas pautas, ideais e projetos políticos, posicionando-se frente ao contexto de transição democrática brasileira. Segundo a definição proposta pelo autor Héctor Luís Saint-Pierre (2000), existem duas formas de ação política: a primeira, em geral, é desempenhada por indivíduos ou por grupos que se beneficiam das relações políticas e sociais vigentes e, portanto, é caracterizada por uma ação de conservação das relações pré-estabelecidas. Por outro lado, outro modelo de ação política é executado por indivíduos de fora dos espaços de poder, cujo objetivo é provocar a instabilidade daquele sistema vigente e promover a sua reconfiguração a partir de uma nova perspectiva – que pode, inclusive, retomar elementos de um estado anterior ao momento da realização da ação (SAINT-PIERRE, 2000: 62).

Dessa maneira, as edições dos boletins desempenhavam a função de instrumentos para a luta política dos militares cassados, configurando-se como meio para veicular os discursos políticos da associação e, também, para construir representações sobre as diversas questões que envolviam a organização e os seus associados. A publicação começa a ser editada meses após a institucionalização da AMIC, passando a circular com o nome *AMIC – Notícias*, a partir de novembro de 1981. Nessa fase, a coordenação integral do processo - desde a elaboração e diagramação até a impressão e distribuição do boletim - ficou a cargo da Diretoria de Assuntos de Divulgação, chefiada pelo Capitão Luiz Gonzaga Regino.

Após a mudança estatutária da entidade, o boletim passou a se chamar *ADNAM – Notícias*. Durante a gestão do brigadeiro Francisco Teixeira, os esforços de elaboração ficaram a cargo de Ivan Cavalcanti Proença<sup>3</sup>. Após o falecimento de Francisco Teixeira em 1986, a associação passou a ser dirigida por Rui Moreira Lima. Com a adoção de uma ação política mais cautelosa pela entidade, Ivan Cavalcanti Proença solicitou a sua demissão da associação, encerrando a sua contribuição com o boletim. A direção da publicação foi então transferida para o coronel-aviador

<sup>3</sup> Ivan Cavalcanti Proença era capitão do exército quando, no dia 1º de abril de 1964, enfrentou um grupo armado que havia cercado estudantes no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CaCO), na Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ivan e outros dois sargentos conseguiram repelir a invasão. Após o fato, Ivan foi cassado e expulso do exército, posteriormente, formou-se em letras pela Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e atuou como professor de português e literatura brasileira em instituições públicas e privadas da cidade do Rio de Janeiro (PROENÇA, 2013: 129).

Fortunato Câmara de Oliveira - oficial cassado da Força Aérea Brasileira (FAB) que integrava o Setor Militar do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Ao longo de sua existência, a *Newsletter* não possuiu uma periodicidade fixa, sendo editado em intervalos mensais ou quadrimestrais, variando conforme as demandas e as discussões do grupo. Além disso, o expediente do jornal era composto pelos membros da associação, sobretudo pelos diretores responsáveis por sua elaboração. O estilo textual adotado pelo periódico centra-se em um discurso autorreferente que articulava tanto a divulgação de matérias de interesse da organização quanto a comunicação com entidades afins, personalidades políticas e outras instituições. Em suas edições, eram veiculadas: (1) notícias relevantes para o grupo, publicadas na grande imprensa; (2) editoriais opinativos elaborados por colaboradores; (3) informes sobre o estado de saúde de associados enfermos; e (4) convocações para assembleias e reuniões. Dessa forma, o boletim configurou-se como um instrumento orgânico da luta política dos militares cassados, operando em sintonia com os objetivos institucionais ao cumprir funções estratégicas para o movimento.

A partir do exposto, fica claro que o aspecto político é característico do periódico desde o primeiro número de sua edição e, portanto, a documentação em questão não resulta de uma ação desinteressada dos membros da AMIC/ADNAM, tampouco se resume a um panfleto informativo trivial destinado aos sócios. O esquema discursivo que estrutura a *Newsletter* está alinhado às representações que a organização buscava expressar, configurando-se como uma expressão clara dos posicionamentos dos militares cassados tornadas evidentes nos editoriais, nas charges e nos demais materiais veiculados nas suas edições, expressando e construindo representações que interessavam à Diretoria da organização e a seus membros.

## ***A transição democrática e a intervenção das Forças Armadas***

É importante ressaltar que o fato de essas associações serem formadas por militares perseguidos evidencia o apreço de seus membros pela questão militar, especialmente pela relação entre as FFAA e a democracia. A linha editorial do periódico, marcada pela publicação de editoriais de opinião, artigos e charges que abordavam de forma crítica o golpe de Estado, os limites da Lei da Anistia e a interferência das FFAA no processo de transição, permite

compreender como uma parcela da classe armada – composta por militares cassados – concebia o período de transição, bem como a inserção dessas instituições no cenário político nacional.

No primeiro editorial do boletim, publicado em abril de 1982, a revista recupera o discurso de posse do general Newton Estillac Leal como diretor do Clube Militar. A vitória da chapa nacionalista em 1950 intensificou os embates entre as facções nacionalistas e internacionalistas no Clube e, sobretudo, entre representantes da própria classe armada. Cerca de uma década antes do golpe, essas disputas já se desenvolviam de forma intensa, fato que, conforme Vasconcelos (2018), resultou em uma série de punições preventivas aplicadas à alta oficialidade das três forças após abril de 1964 (VASCONCELOS, 2018: 104).

A escolha do grupo em recuperar o artigo pode ser interpretada como uma forma de articular as lutas políticas do passado e do presente, uma vez que a pauta nacionalista constituía um importante fator de coesão para a rede formada pelos militares cassados, o que explica a adesão de alguns membros ao campo político de esquerda. Segundo Andrea Paula Kamensky (2024), a agenda política desses militares perseguidos incorporava elementos que remontavam aos embates travados desde a década de 1930, com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), e que se conectavam ao amplo programa de reformas de João Goulart, na década de 1960. Esse programa defendia, entre outros pontos, o monopólio estatal do petróleo — considerado um recurso estratégico —, o controle das remessas de lucros de empresas multinacionais e a crítica ao intervencionismo norte-americano (KAMENSKY, 2024: 47).

Assim, embora produzido em um contexto distinto, a AMIC recupera o artigo para enfatizar que o exercício da política não é uma função natural das Forças Armadas, na perspectiva da associação os militares golpistas violaram a ordem constitucional ao se projetarem no cenário político mediante um golpe salvacionista, desviando as instituições militares de sua função constitucional. Conforme parte do texto: “A união das classes armadas funda-se, única e exclusivamente, no cumprimento, que a todos cabe, da ordem constitucional [...]. As solicitações para as intervenções delas em golpes pretensamente salvadores, contribuiria, desde logo, para desviá-las de seu caminho natural.”<sup>4</sup>

O início da década de 1980 marca o esgotamento do projeto de modernização conservadora encampado pelo regime, que implicou em desperdício de dinheiro público e em

<sup>4</sup> O PROCESSO democrático. *Amic – Notícias* (1982), Rio de Janeiro, Ano II, número 2, abril, p. 01 CEDEM/Coleção ADNAM.

interferências estrangeiras na economia brasileira. Em maio de 1982, o grupo publicou mais um número de seu informativo no qual são afirmadas com clareza a pauta principal do grupo e que viria, inclusive, a definir a associação anos depois: a relação entre a democracia e o nacionalismo. A mensagem do grupo era clara: o sequestro da democracia impedia a participação direta da população na política, fator preponderante para a submissão econômica do país. Assim, o editorial do impresso é taxativo em afirmar que os ideais de nacionalismo e democracia são indissociáveis, pois, não existe possibilidade de se obter desenvolvimento econômico em nível nacional com interferência do capital estrangeiro, tampouco sem a extensão dos benefícios e a distribuição da riqueza a todos os cidadãos.

Na perspectiva da associação, a ditadura contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil, favorecendo, em grande medida, o enriquecimento de grupos numericamente reduzidos, sobretudo empresas multinacionais. Os editores do boletim afirmam, de forma taxativa, que as Forças Armadas estão mais preparadas para lidar com o problema nacional do que com o problema democrático, uma vez que o cerne da formação militar é pautado na repetição de chavões que dissociam essas duas temáticas e que, segundo a linha editorial do periódico, eram inseparáveis. Conforme o texto:

o desenvolvimento não se caracteriza por determinados índices de ascensão na produção e no comércio, mas, muito ao contrário, por altos índices no consumo. Isto é: só existe desenvolvimento quando dele se aproveita todo o povo, quando seu nível de vida melhora, quando não existe carestia, quando não existe acumulação à custa do envilecimento dos que vivem de salários e vencimentos. Ora, só em condições democráticas de vida social, que permitam a todos participar da atividade política [...], aproxima-se da situação em que todos possam defender seus interesses [...]. Na verdade, não há nacionalismo sem democracia e só é nacional o que é popular<sup>5</sup>

Em novembro de 1982, no contexto da transição democrática, realizaram-se as primeiras eleições após a reforma partidária que pôs fim ao bipartidarismo, marca do regime ditatorial. É importante destacar que a instituição do bipartidarismo pelo Ato Institucional nº 2 (1965) foi uma estratégia de controle da oposição aos militares no poder, dado que além de reabrir o ciclo

<sup>5</sup> DEMOCRACIA e Nacionalismo. *AMIC – Notícias* (1982), Rio de Janeiro, Ano II, número 3, maio, p. 01 CEDEM/Coleção ADNAM.

punitivo, contribuiu para o estreitamento dos canais de participação política no país ao conferir às eleições para o Congresso um caráter plebiscitário. Conforme Maria Celina D'Araújo e Mariana Joffily (2024), a instituição do bipartidarismo em 1965 evidenciava que a chamada “Revolução” não se tratava de uma intervenção pontual. O AI-2 forneceu o fôlego necessário para a institucionalização da ditadura, principalmente, após a entrada em vigor da Constituição de 1967 (D' ARAÚJO; JOFFILY, 2024: 186-187).

Em abril de 1983, ao traçar um panorama das eleições ocorridas no ano anterior, o boletim – que já adotava o nome *ADNAM-Notícias* – irá veicular uma densa análise do pleito, opinando que o movimento de reforma partidária foi estratégico para os militares, pois causou a fragmentação da oposição em diversas legendas, resultando em vitórias importantes de políticos alinhados à ditadura. Conforme a análise, as eleições de 1982 eram investidas de uma maior notoriedade no processo de transição democrática, dado que definiram os parlamentares que integrariam o Colégio Eleitoral encarregado de escolher o presidente da República em 1985. Conforme o nº 5 do *ADNAM – Notícias*, a intervenção dos militares no processo eleitoral provocou uma série de distorções evidentes na proibição de coligações, na prorrogação de mandatos, legislação casuística, pela Lei de Segurança Nacional, pelos “senadores biônicos” e pela vigência da Lei Falcão.

ao ditarem as regras do jogo – jogo que sempre foram visceralmente infensos – fizeram-no de molde a assegurar ao regime uma vitória ou, na pior das hipóteses, uma derrota honrosa, que lhes permitisse a manutenção das instituições, tais como estavam estabelecidas, alterando-lhes a fachada através de algumas concessões. Tratava-se, no fim das contas, de institucionalizar um regime cujo único elemento de sustentação vinha sendo a força, coonestando-o pelo voto em determinadas condições.<sup>6</sup>

No editorial em questão, o articulista retoma uma tese amplamente difundida em outros textos produzidos por membros da associação: a relação entre o amadurecimento da democracia e o seu exercício. Segundo os autores, o processo eleitoral, marcado por interferências dos militares no poder, retardava o pleno exercício dos direitos políticos pela população. Embora as manifestações de descontentamento em relação às eleições fossem

<sup>6</sup> ANÁLISE das Eleições. *ADNAM – Notícias* (1983), Rio de Janeiro, Ano III, número 5, abril, p. 01 CEDEM/Coleção ADNAM.

evidentes, os editores finalizaram o texto com um tom esperançoso em relação ao processo em curso, concluindo que: “o povo começava a assumir o controle de seu destino. O Brasil já não é mais o mesmo. E cabe a cada brasileiro a tarefa de expandir o que ficou claro naquele momento: o Brasil começa a se libertar.”<sup>7</sup>

A partir dos trechos acima destacados, fica evidente que, em meio ao processo de transição democrática, as principais críticas da organização responsável pelo boletim referiam-se à intervenção das FFAA na política e ao processo de transição pactuada entre as elites políticas e os militares no poder. Conforme O'Donnell (1987) as transições do tipo pactuadas, diferentes daqueles casos onde o regime militar entra em colapso, produzem Estados mais militarizados e que enfrentam dificuldades em superar o passado autoritário (O'DONNELL, 1987: 02). Nesse sentido, a falta de um limite claro entre os períodos autoritários e as democracias posteriores, marcadas pela permanência de uma coalização política, em que os participantes possuem vínculos com o passado autoritário, aprofundam a sensação de uma transição inconclusa. Nessa perspectiva, conforme destaca Bauer (2014) quanto mais negociados ou pactuados são os processos de transição, maiores são as dificuldades para enfrentar e superar as heranças do passado ditatorial, o que impede, inclusive, a implementação de políticas de reparação às vítimas e o enfrentamento dos legados deixados pelas ditaduras (BAUER, 2014: 318).

As chamadas transições pactuadas resultam em democracias marcadas por um déficit estrutural, pois, por se tratarem de processos de modernização conservadora, não priorizam a construção efetiva de regimes democráticos. Nesses casos, a redemocratização se limita à ampliação dos direitos políticos, sem enfrentar as questões estruturais existentes. Assim, as “Democracias Eleitorais”, segundo Silva (2021), embora sejam marcadas pela realização de eleições periódicas, pela rotatividade do poder e pelas liberdades partidária e de expressão, coexistem com elementos que a tornam limitadas em sua forma e que são resultados do não enfrentamento dos problemas estruturais e que, inclusive, tornaram possível o autoritarismo das ditaduras, tais como: os altos índices de desigualdade social, a violência policial, o patrimonialismo e a concentração de renda, entre outros. (SILVA, 2021: 32).

De fato, no contexto da transição, os militares perseguidos preocupavam-se em discutir formas de resolver uma equação que, desde o início da República, se apresentava como um dos

<sup>7</sup> *Ibidem.*

mais graves problemas do país: a participação das FFAA na política. Na perspectiva da publicação o momento que o país atravessava era propenso para incitar discussões a respeito da temática, o desgaste da ditadura era evidente e, apesar da existência de grupos favoráveis a permanência dos militares no poder, o regime já colhia os sintomas de seu esgotamento político. A história da República brasileira é marcada pela ação política de diversos setores sociais, entre os quais se destacam os próprios militares. É inegável que as Forças Armadas sempre mantiveram uma relação próxima com a política no país – seja atuando como fator de desequilíbrio, como em 1964, seja exercendo um papel autoatribuído de “protetoras da nação” para chancelar políticos ou governos.

O enfrentamento dessa questão denota a preocupação dos militares perseguidos com a relação perniciosa entre as FFAA e a política no Brasil. Segundo a opinião dos editores do boletim publicado em maio de 1983, a conquista da democracia não ocorreria sem a participação das FFAA, contudo, a medida dessa participação daria a tônica do regime democrático que se apresentaria após a conclusão do processo. Para tanto, o editorial ressaltava que era necessário que nas FFAA “preponderem os que admitem a democracia como necessidade elementar e condicionante de tudo o mais.”<sup>8</sup> O editorial em questão chama a atenção para os divisionismos internos causados pelas intervenções diretas das Instituições Militares na política.

O texto publicado em agosto de 1983 ecoava uma das propostas que seriam encampadas como centrais para a entidade. Em resumo, a perspectiva do grupo era de que os militares participassem ativamente e de forma positiva no processo de transição democrática, porém sem assumir um papel de tutela. Dessa forma, a ADNAM almejava se consolidar como a principal tribuna de debates políticos voltada aos militares da reserva, uma vez que, segundo o corpo diretivo da organização, o Clube Militar havia perdido a sua importância política ao longo da ditadura, transformando-se em um espaço recreativo. Logo, era necessário estabelecer uma política que integrasse os militares ao processo de transição e, sobretudo, que garantisse o desenvolvimento de ideais democráticos no seio das Forças Armadas.

Em fevereiro do ano seguinte, o tema voltou a ocupar as páginas do jornal, que divulgou um documento elaborado pelo conselho deliberativo da associação. Na reunião, que contou com a presença do presidente da organização, Francisco Teixeira, e dos secretários Crisantho de

<sup>8</sup> ADEQUAÇÃO à mudança. *ADNAM – Notícias* (1983), ano III, nº 06, agosto, p. 01 – CEDEM/Coleção ADNAM.

Miranda Figueiredo, Luís Gonzaga Regino e Nelson Werneck Sodré, foi apresentada uma proposta de texto, elaborada por este último, defendendo a revisão do papel das Forças Armadas no cenário político nacional. O documento expressava oposição à ditadura e ao processo de transição democrática sob tutela militar. Na perspectiva da entidade, um regime democrático fundamenta-se na capacidade de solucionar conflitos políticos por meio de instituições e mecanismos desenvolvidos e atuantes exclusivamente no âmbito da sociedade civil. Qualquer intervenção externa a esse processo, especialmente por parte das instituições militares, compromete o funcionamento da democracia e coloca em risco a harmonia de seu desenvolvimento. A ADNAM sustentava, portanto, que a presença dos militares como cidadãos no debate democrático é legítima; porém, a atuação institucional das Forças Armadas na política representa interferência grave que ameaça a estabilidade democrática. Conforme destacado pelo documento:

A essência mesma de um regime democrático reside na capacidade de absorver e solucionar os conflitos que surgem constantemente entre os segmentos sociais, através de mecanismos próprios criados e mantidos sob a égide da sociedade civil. Qualquer interferência de forças estranhas nesses mecanismos salutares, há que resultar em prejuízos dos interesses da sociedade. Daí, conclui-se que, [...] a interferência das Forças Armadas (FFAA), como instituição, no poder político, constitui fenômeno altamente negativo.<sup>9</sup>

Dito de outra forma, a percepção dos militares cassados sobre o papel político das Forças Armadas é categórica no trecho acima ressaltado: as Forças Armadas, enquanto instituições, não estão filiadas à governos ou a partidos políticos, apresentando-se como instituições de Estado, atentas aos parâmetros de defesa da soberania nacional. Além disso, a defesa do território brasileiro deve ser pautada por uma política de segurança nacional própria, zelando pelos interesses do país nas fronteiras terrestres, marítimas e no espaço aéreo. Com efeito, um dos passos iniciais a serem dados visando à conclusão do processo de democratização das instituições militares, bem como à neutralização de seu papel político, seria a reintegração dos

<sup>9</sup> AS FORÇAS ARMADAS e a Democracia. *ADNAM – Notícias* (1984). Rio de Janeiro, ano III, nº 08, fevereiro, p. 04. CEDEM/Coleção ADNAM.

militares perseguidos que, segundo o documento, seriam capazes de influenciar os seus pares, estimulando-os a lutar contra as imposições do “sistema”.

Nas edições seguintes, o *ADNAM – Notícias* manteve em seus editoriais seu estilo opinativo a respeito das questões centrais que cercavam a redemocratização do país. Em novembro daquele ano ocorreu a primeira eleição para o Congresso Nacional marcada pelo sufrágio universal, o pleito foi responsável pela escolha dos deputados federais e senadores que iriam compor a Assembleia Constituinte a partir do ano seguinte. A associação acompanhava os debates a respeito da realização dessas eleições, dado que o posicionamento político dos eleitos influencia os limites do processo de redemocratização do Brasil.

O posicionamento editorial dos militares cassados afirmava categoricamente que a Assembleia Nacional Constituinte eleita não se ajustava aos anseios do povo, já que as eleições para a sua formação ocorreram ainda sob influência do entulho autoritário. A expectativa da associação era que a nova constituição pudesse, de fato, acrescentar as demandas da população por pão e espaço, bem como acrescentar os interesses específicos da classe trabalhadora. Conforme o texto: “É possível, e é o que devemos exigir, que a Constituinte, como preliminar indispensável, estabeleça a revogação do lixo autoritário, para poder realizar o seu trabalho, que não será apenas um trabalho de especialistas, mas o resultado dos anseios da esmagadora maioria do povo brasileiro.”<sup>10</sup>

### *Imagen 1: Editorial “As Urnas falaram”*

<sup>10</sup> OS MILITARES e a Constituinte. *ADNAM – Notícias* (1986). Rio de Janeiro, ano III, nº 23, outubro, p. 01. CEDEM/Coleção ADNAM.



**Fonte:** ADNAM – Notícias (1987). Rio de Janeiro, ano III, nº 25, março, p. 01. CEDEM/Coleção ADNAM.

Durante os debates na Assembleia Constituinte, a entidade continuaria a destacar as limitações das reformas democráticas em curso. A produção do boletim parece ter se intensificado nesse período, impulsionada pelas ações políticas dos militares cassados junto aos parlamentares. Nesse contexto, a entidade enfatiza, por meio de diversos editoriais, o esforço monumental necessário para erradicar de vez os resquícios autoritários, os quais representavam um obstáculo à implementação de uma verdadeira anistia. Em um dos editoriais, a entidade denuncia que a proposta de ampliação da anistia vinha sofrendo uma “campanha infame que, à base de falsidades as mais torpes e de argumentos oriundos da velha odiosidade, visa, sem a menor dúvida, liquidá-la de vez.”<sup>11</sup>

<sup>11</sup> ANISTIA. ADNAM – Notícias (1987). Rio de Janeiro, ano III, nº 27 – Especial – julho, p. 01. CEDEM/Coleção ADNAM.

A ADNAM via a Assembleia Nacional Constituinte como um espaço estratégico para apresentar as demandas do grupo. Nesse contexto, por meio de ações políticas, buscavam inserir no novo texto constitucional uma anistia verdadeiramente ampla, geral e irrestrita. O período de elaboração e promulgação da nova constituição representou o auge das mobilizações políticas dos militares punidos, que defendiam propostas corporativas como a reintegração profissional, o pagamento de honorários retroativos e promoções automáticas nas suas carreiras. A ADNAM e outras entidades de militares cassados viam na criação da sétima Constituição Brasileira uma oportunidade para reverter as imposições resultantes da cassação. Com esse objetivo, promoviam campanhas para angariar recursos e organizar viagens a Brasília, a fim de participar dos debates e tentar convencer os constituintes a apoiar a causa dos cassados.

É perceptível uma disputa pela memória das perseguições sofridas entre os militares punidos e os ministros militares. A Carta Magna, promulgada no ano seguinte, despertava nos militares o desejo de corrigir as injustiças que sofreram após o golpe. Para tanto, cabia à entidade mobilizar sua narrativa de memória a respeito desse processo, justificando o *lobby* da entidade para levar essas demandas aos constituintes. Além disso, é notável a pressão política ainda evidente dos ministros militares para, junto à mesma assembleia, fazer valer as condições impostas pelas FFAA, a fim de dar prosseguimento aos debates sobre a redemocratização do país. Nesse sentido, essa disputa por uma memória do processo persecatório interno movimenta, no campo das representações, o embate por uma narrativa sobre o recente passado ditatorial. Os argumentos mobilizados pelas FFAA eram dos mais diversos e envolviam: a falta de atualização dos militares cassados, os prejuízos para os cofres públicos e o risco iminente de doutrinação dos quadros da ativa.

No contexto das discussões da Assembleia Constituinte, a ADNAM adotou uma postura firme em relação ao efeito simbólico do momento: a esperança de reconstruir as bases da democracia, profundamente abaladas pela ala golpista das Forças Armadas em 1964. No entanto, a maior parte dos posicionamentos da entidade abordavam as disputas entre os militares cassados e as FFAA em torno da memória da ditadura e, especialmente, da reparação das vítimas. A promulgação da nova Constituição foi amplamente celebrada pela organização; em novembro de 1988, o boletim ADNAM – Notícias publicou, de maneira bastante entusiástica, o editorial intitulado "Muda Brasil", que refletia o discurso de lançamento do texto

constitucional proferido pelo então deputado Ulysses Guimarães. O parágrafo que inicia o editorial afirma:

[...] Abrimos o nosso boletim festejando o advento de uma nova Carta Magna, considerada a mais avançada das quantas já vigentes no Brasil. Ela realmente enuncia uma nova era democrática para o nosso povo. Do presidente da Constituinte, no ato da promulgação, transcrevemos alguns trechos de seu histórico pronunciamento que, aqui registramos, por representarem o próprio espírito de nossa Associação.<sup>12</sup>

Assim, longe de recusar a Constituição, os militares punidos fizeram o que se esperava deles: defenderam a sua posição legalista, tanto em relação às políticas persecutórias da ditadura militar quanto no contexto do processo de redemocratização tutelado pelas FFAA. A aprovação da Constituição não encerrou a luta desses militares; porém, deslocou-a totalmente para o âmbito jurídico, à medida que continuaram pleiteando as suas reparações ao longo da consolidação da Nova República. As fontes analisadas refletem a construção de uma representação sobre o período da abertura política, elaborada coletivamente pela entidade e veiculada aos seus membros. É fundamental ressaltar que os limites desses posicionamentos variam conforme a cultura política dos associados; no entanto, a interpretação da ADNAM sobre as restrições impostas à abertura política decorria da própria atuação da entidade, alicerçada na cultura política compartilhada por seus diretores e por seus associados.

## ***Considerações finais***

As questões suscitadas pelas análises acima demonstram que o contexto de redemocratização do país esteve permeado pela atuação de movimentos sociais que representavam os mais diversos setores da sociedade. Embora controlada pelos militares, o contexto da abertura política foi percebido pelos setores sociais como um espaço fundamental a ser trabalhado, visando a ampliação dos direitos políticos, civis e sociais para a ampla maioria dos brasileiros. Inseridos na ampla conjuntura de manifestações, estavam os movimentos sociais protagonizados pelos oficiais cassados, que apresentavam suas críticas ao autoritarismo da

<sup>12</sup> MUDA Brasil. *ADNAM – Notícias* (1988). Rio de Janeiro, ano V, nº 45 e 46, nov./dez., p. 01. CEDEM/Coleção ADNAM.

ditadura e lutaram em prol de uma política de reparação material e simbólica efetiva, denunciando, já naquele momento, os limites que garantiram a impunidade dos perpetradores das violências do regime, presentes na lei de anistia.

É importante destacar também que a lei da anistia, embora tenha significado um passo fundamental em direção à redemocratização do país, é um dos legados deixados pelo passado autoritário e foi produzida para atender a uma demanda política dos militares no poder. Dessa maneira, sua condição de aparente inviolabilidade tem colaborado para o não enfrentamento das heranças do passado ditatorial, gerando um cenário de impasse no qual as Forças Armadas se recusam a ser enquadradas nos limites de suas funções constitucionais em meio ao Estado Democrático de Direito. Essa lei, não raro, tem sido mobilizada pelos setores conservadores da sociedade, sobretudo entre os oficiais da reserva defensores do golpe e da ditadura, como uma ferramenta de interdição do debate e quaisquer medidas voltadas para a investigação desse passado são tomadas pelos membros desse grupo como práticas de revanchismo.

O papel desempenhado por essas organizações no período de transição brasileiro permite estudar as Forças Armadas brasileiras sob outros pontos de vista, que não àqueles que se consolidaram nessas instituições após o golpe. O período de emergência dessas organizações é o de flagrante desgaste político da ditadura militar, as propostas e aspirações políticas demonstradas pela ADNAM colocam em evidência outras formas pelas quais o pensamento militar se manifestava durante a ditadura e a abertura política, demarcando a existência, pelo menos naquele período, de militares que portavam uma cultura política, senão de esquerda, categoricamente à esquerda de seus pares.

---

## Fontes

### Arquivo Nacional – Fundo Serviço Nacional de Informações

BRASIL. Arquivo Nacional (1983). BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_83036993\_d0001de0001. Fundo Serviço Nacional de Informações. Informação n. 0286, de 26 de setembro. ADNAM – Associação Democrática e Nacionalista de Militares.

### Centro de Documentação e Memória da UNESP - Coleção de Documentos da ADNAM

## Referências Bibliográficas

- BAUER, Caroline Silveira (2014). *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. 2 Ed. Porto Alegre: Medianiz.
- BORRAT, Héctor (1989). El periódico, actor del sistema político. *Análisi*, 12, p. 67-80. Disponível em: [www.raco.cat/index.php/analisi/article/download/41078/89080](http://www.raco.cat/index.php/analisi/article/download/41078/89080). Acesso em: 18 ago. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (2014). *Violações de direitos humanos no meio militar*. Brasília, CNV.
- D'Araújo, Maria Celina; JOFFILY, Mariana (2024). O golpe de 1964, os atos institucionais e o fechamento do regime. In: D' ARAÚJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas Pereira (Orgs.) *Forças Armadas e política no Brasil republicano: da proclamação da república Constituição Cidadã (1889-1988)*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- KAMENSKY, Andrea Paula dos Santos Oliveira (Org) (2024). *À esquerda das Forças Armadas brasileiras: histórias de vida de militares perseguidos e anistiados políticos*. Santo André: Alpharrabio Edições.
- MACHADO, Flávia Burlamaqui (2006). *As Forças Armadas e o Processo de anistia no Brasil (1979-2002)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- O' DONNELL, Guilhermo (1987). Transição democrática e políticas sociais. *Revista de Administração Pública*, v. 21, n. 4, out./dez., pp. 9-16. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/9565/8616>. Acesso em: 20.03.2025.
- PROENÇA, Ivan Cavalcanti (2013). *O golpe Militar e Civil de 64: 40 anos depois*. Rio de Janeiro: Oficina do Livro.
- SAINT-PIERRE, Hector Luís (2000). *A Política Armada: fundamentos da guerra Revolucionária*. São Paulo: Unesp.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (2021). Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *Os Militares e a Crise Brasileira*. São Paulo: Alameda, pp. 31-51.
- VASCONCELOS, Cláudio Beserra de (2018). *Repressão a Militares na Ditadura pós-64*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.